



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
COLÉGIO DE DIRIGENTES
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES
27 3357-7500 – ramal 2044 / 2013

Ata da reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Ifes 9 de dezembro de 2016

No dia nove de dezembro de dois mil e dezesseis reuniu-se, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às dez horas, na Fábrica de Ideias, sob presidência do Reitor Denio Rebelo Arantes, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Administração, o sr. Lezi José Ferreira; da Pró-reitoria de Ensino, sra. Araceli Verônica Flores Nardy Ribeiro; da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. Márcio Almeida Có; da Pró-reitoria de Extensão, sr. Renato Tannure Rotta de Almeida; da Diretoria de Planejamento, sr. Elton Siqueira Moura; do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, sra. Vanessa Battestin Nunes; da Diretoria Executiva, sr. Mauro Silva Piazzarollo; do Polo de Inovação Vitória, sr. Márcio Tietz Monteiro; do campus Alegre, sra. Maria Valdete Santos Tannure; do campus Aracruz, sr. Hermes Vazzoler Júnior; do campus Cachoeiro de Itapemirim, sr. Carlos Cezar de Oliveira Bettero; do campus Cariacica, sr. Lodovico Ortlieb Faria; do campus Centro Serrano, sra. Adriana Piontkovsky Barcellos; do campus Colatina, sr. Luiz Braz Galon; do campus Ibatiba, sr. Flávio Eymard da Rocha Pena; do campus Itapina, sr. Anderson Mathias Holtz; do campus Montanha, sr. André dos Santos Sampaio; do campus Nova Venécia, sr. Welliton de Resende Zani Carvalho; do campus Piúma, sra. Cláudia da Silva Ferreira; do campus Santa Teresa, sr. Moacyr Antônio Serafini; do campus São Mateus, sr. Mário César dos Santos Júnior; do campus Serra, sr. José Geraldo Neves Orlandi; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Aloísio Carnielli; do campus Vila Velha, sra. Denise Rocco de Sena; do campus Vitória, sr. Hudson Luiz Côgo. Presidente abre a reunião e O Presidente pergunta se algum dirigente gostaria de incluir pontos na pauta. O dirigente Luiz Braz solicita a inclusão do item, uso do nome social na instituição. O dirigente Flávio Pena solicita a inclusão do item, autorização para o campus Ibatiba, temporariamente, ter mais do que 15% de professores substitutos. O pró-reitor Márcio Có, solicita a inclusão do item, demanda para nova turma de mestrado da UFRRJ. O Presidente informa que o diretor Elton apresentará um relatório sobre o horário reduzido do início do ano e o pró-reitor Ademar apresentará informações sobre estagiários. A seguir faz a leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes; 2. Aprovação ata da Reunião do dia 4/11/2016; 3. Análise de pedidos de remoção; 4. Aprovação do Regimento do Fórum de Gestão de Pessoas; 5. Aprovação do Regimento do Conselho de Gestão do campus Centro Serrano; 6. Aprovação Regimento do Cefor; 7. Uso de nome social na instituição; 8. Autorização para o campus Ibatiba, temporariamente, ter mais do que 15% de professores substitutos; 9. Demanda para nova turma de mestrado da UFRRJ; 10. Apresentação de relatório sobre economia institucional no horário reduzido do início de 2016; 11. Informações sobre estagiários.** O Presidente abre o **item 1** e informa que, em virtude da apresentação do documento da Política de Comunicação às 13h00 no campus Vitória, a reunião não pode se estender além das 12h00 e solicita permissão para alterar a ordem dos itens para garantir maior celeridade. Diante da anuência dos presentes, abre o **item 2** e o Colégio de Dirigentes aprova ata da reunião do dia 4 de novembro de 2016. Abre o **item 5**, relatando que o campus

Centro-Serrano ainda não publicou o regimento do conselho de gestão e questiona se algum dirigente tem considerações sobre o texto. O dirigente José Orlandi relata que o campus Serra está em fase de reformulação do seu Conselho de Gestão, destacando que, por ser um órgão consultivo, não deve haver votação, acrescentando que o regimento direciona para a votação. Relata que há três os pareceres são lidos e os membros decidem sobre eles, sem realizar votação, destacando que, onde há votação no texto, será substituído por outra palavra. O Presidente manifesta sua preocupação com a prática do campus Serra, uma vez que ela vai de encontro às determinações do Conselho Superior, solicitando que a prática adotada pelo campus Serra seja inserida em discussão posterior com outras reivindicações para o conselho de gestão, como a representação de técnicos e docentes. A diretora Denise relata que a resolução que trata dos conselhos de gestão é um pouco incompatível com o Regimento Interno do Ifes. O Colégio de Dirigentes aprova o regimento interno do Conselho de Gestão do campus Centro-Serrano. Abre o **item 6** e passa a palavra para a dirigente Vanessa que relata que o Cefor elaborou um regimento interno em 2014, acrescentando que o texto não foi submetido para aprovação pois aguardava a revisão no regimento geral do Ifes. Relata que a partir do momento que o Cefor passou a ofertar cursos, aquele regimento já não era suficiente para contemplar as particularidades do Cefor. Destaca que o Cefor está passando por um processo de recredenciamento da EaD, e que um dos pontos a ser avaliado é a aprovação de regimento interno. Relata que o regimento atual é baseado no texto de 2014, destacando e explicitando alterações que tiveram o intuito de adequar o Cefor a sua nova realidade. Relata que o Cefor promoverá discussões para que até a metade de 2017, um novo regimento seja elaborado, ressaltando que haverá alterações até no organograma. O Colégio de Dirigentes aprova o Regimento do Cefor, porém o Cefor se compromete a enviar novo texto até fim de junho de 2017. O Presidente abre o **item 7** e passa a palavra para o dirigente Luiz Braz que relata a publicação do Decreto 8.727 de 28/04/2016 que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, destacando que o texto determina que uma pessoa pode mudar seu nome social de acordo com sua vontade e que as instituições têm até abril de 2017 para se adaptarem à legislação. Revela que o campus Colatina já tem pedidos de alteração de nome social, mas que o sistema acadêmico impossibilita essa ação, pois nome social deve vir antes do nome de registro, sendo necessário, assim, dois campos para preenchimento, no entanto, o sistema só disponibiliza um. A pró-reitora Araceli relata que algumas instituições elaboraram uma regulamentação do nome social, solicitando que o dirigente Luiz Braz encaminhe o pedido à Proen para que esse órgão possa tomar as medidas necessárias para adequação do sistema. O Presidente abre o **item 4** relatando que o regimento interno do fórum foi publicado por meio de portaria, visto que o Conselho Superior ainda não havia delegado ao Colégio a prerrogativa de aprovar regimentos, assim, é solicitado a emissão de portaria, pois não há alteração no texto. O Colégio de Dirigentes aprova o Regimento Interno do Fórum de Dirigentes de Gestão de Pessoas. O Presidente abre o **item 8** e passa a palavra para o dirigente Flávio Pena que expõe a necessidade de se contratar um professor substituto, visto que um professor efetivo do campus irá se afastar para doutorado, e que além disso, está de licença para tratamento de saúde. Acrescenta que o período para a atuação do professor substituto não excederá um ano, e que com essa contratação, a porcentagem do campus, para professor substituto, aumentará de 15% para 18%. O dirigente Hermes declara que se o percentual não ultrapassar 20% não há problema. O Colégio de Dirigentes autoriza o campus Ibatiba contratar um professor substituto, elevando, conseqüentemente, o percentual, no campus, de 15% para algo em torno de 18%. O Presidente abre o **item 9** e passa a palavra para o pró-reitor Márcio Có que relata que na reunião do Colégio de Dirigentes do dia 4 de novembro de 2016 foi apresentada proposta para abertura de nova

turma de mestrado com a Universidade Rural do Rio de Janeiro, ficando a decisão de prosseguir ou não com o processo para a próxima reunião do Colégio. Relata que na referida reunião foi estipulada uma data limite para que os campi interessados verificassem a demanda interna e informassem a PRPPG, destacando que foram poucos os que assim fizeram. Informa que a adesão de 4 campi já justificaria o avanço das tratativas com a UFRRJ, ressaltando que hoje há 48 interessados para 30 vagas. O dirigente Anderson relata que já há demanda suficiente e que a PRPPG pode dar andamento ao processo. O Colégio de Dirigentes concorda com o processo e autoriza a PRPPG a prosseguir com as tratativas para o mestrado com a UFRRJ. O Presidente abre o **item 10** e passa a palavra para o diretor Elton que apresenta o relatório que demonstra a economia proporcionada pela redução de funcionamento para seis horas em janeiro/fevereiro de 2016, acrescentando que o relatório estará disponível no site para consulta na próxima segunda-feira. Inicia a apresentação explicando os indicativos de consumo de energia que foram utilizados como parâmetros, ou seja, janeiro e fevereiro de 2015, janeiro e fevereiro de 2016. Relata a redução de consumo de energia elétrica, destacando que caso não tivesse a mudança tarifária o lfes teria pago sessenta e um mil reais a mais. Detalha o consumo de água no período, enfatizando a redução de cinquenta por cento. Informa que dos nove campi que optaram pelo horário reduzido, somente cinco e a reitoria forneceram as informações necessárias. O Presidente relata que esse relatório é a defesa institucional para possíveis questionamentos do TCU e da CGU, acrescentando que os campi que ainda não responderam devem fazê-lo o mais breve possível. O diretor Elton demonstra a economia alcançada nos itens combustível e manutenção de veículos, acrescentando que não houve redução com a telefonia fixa e móvel, justificando tal fato aos processos de RSC. Acrescenta que os serviços de limpeza e manutenção, por serem contratos e serviços continuados, não há possibilidade de redução. Ao finalizar sua apresentação, sugere que, caso se decida estabelecer novamente a jornada reduzida, que novos campi também sejam participantes. O dirigente Carnielli relata as dificuldades encontradas no campus com a reposição de horário, enfatizando a incoerência em adotar um horário reduzido que deve, posteriormente, ser repostado, situação que faz com que os próprios servidores não queiram aderir ao horário reduzido. O diretor Elton responde que a intenção é que essas horas sejam compensadas com cursos à distância e não com reposição, uma vez que, nesse caso, não haveria economia, pois a redução de um mês significará o aumento das despesas em outro. A dirigente A dirigente Maria Valdete explica que o campus Alegre não aderiu, uma vez que 80 por cento dos servidores estão de férias e em função do perfil do campus, nos setores que precisam funcionar não é possível jornada reduzida, como Bovinocultura, Suinocultura e Horticultura. Ressaltou também que o Refeitório e Internato não funcionará durante o recesso escolar. O dirigente Hudson manifesta sua preocupação com o atendimento ao público e que essa redução, no campus Vitória, não funciona, justificando-se no fato de que em janeiro, o calendário é apertado. Relata que quando algum servidor faz um horário diferenciado, mesmo sendo da Reitoria, torna-se um problema para o campus, enfatizando que a jornada reduzida do início do ano causou um mal estar imenso. Ressalta que, pela perspectiva orçamentária, pela qual é necessário o corte de despesas, a jornada reduzida é atraente, no entanto, manifesta seu receio para com a fiscalização externa e para com o atendimento ao público. O diretor Elton informa que a decisão de aderir ou não à jornada reduzida é, exclusivamente, do campus. O dirigente Welliton relata que, ano passado, o campus Nova Venécia optou pela jornada reduzida, no entanto, revela os problemas de adesão por parte dos servidores que viram na proposta uma troca de seis por meia dúzia. O diretor Wagner explica que campus Centro-Serrano teria dificuldade de explicar a redução das horas se levasse em conta apenas o consumo de água, uma vez que o campus tem um custo fixo, mas que se a

justificativa englobar os dados da reitoria e demais campi seria possível. O Presidente esclarece que, na maioria dos casos, é a Reitoria que responde aos órgãos de controle, à exceção se faz quando o questionamento é direcionado ao campus. O dirigente Hermes relata que a redução da jornada foi muito benéfica para o campus Aracruz, e que os atendimentos ao público, principalmente os executados pelo CRA, não tiveram interrupções ou apresentaram problemas. Destaca que as demandas institucionais são menores em janeiro, acrescentando que se o servidor se capacitar nesse período é ótimo, justificando que assim, consegue-se tanto trabalhar a capacitação profissional quanto a economicidade institucional. O Presidente relata que as manifestações foram positivas, apesar do posicionamento contrário do campus Vitória, acrescentando que portaria de redução da jornada de trabalho será publicada, cabendo aos campi aderirem ou não. O Presidente abre o **item 3** declarando que esse assunto sempre deixa os dirigentes em situação desconfortável, pois apesar da inclusão de cláusula de barreiras no edital, continua havendo demanda para remoção de servidores impedidos pela cláusula. Revela conversa com o dirigente Welliton sobre o assunto, destacando que poderia ser criado um processo ou procedimento que simplificasse essa situação e que normatizasse essa prática. Sugere a criação de uma chamada aberta, baseada no modelo apresentado pelo dirigente Welliton, que seria publicado no site do campus que deseja realizar a remoção, e, caso não haja outros candidatos, o processo seria aprovado pelo Colégio de Dirigentes e a remoção seria autorizada, acrescentando que, caso houvesse mais de um interessado, a remoção não seria autorizada. O pró-reitor Renato Tannure relata que o edital de remoção trouxe avanços significativos nesse tema, sugerindo a realização de um empréstimo, uma alocação provisória. Apesar de concordar com a sugestão, o Presidente adverte que, nesse caso, a cláusula de barreira seria um problema, exemplificando a situação do campus Venda Nova do Imigrante, pela qual não se pode garantir que haja somente um interessado na vaga. O dirigente Aloísio Carnielli relata que funcionaria se fosse realizado por meio de permuta, como propõe o campus Venda Nova do Imigrante. Embora concorde com o argumento do dirigente Aloísio Carnielli, o Presidente solicita que o dirigente encaminhe uma proposta, ou seja, divulgue uma chamada baseada no modelo elaborado pelo campus Nova Venécia. O diretor Mauro sugere que a chamada seja publicada no site do Ifes para maior divulgação e transparência. O Presidente destaca que essa ação constitui-se a quebra de uma cláusula, por isso, se aparecer somente um candidato, o processo dará procedimento, caso exista mais de um, o processo será interrompido. O dirigente Hermes relata um problema do campus Aracruz no que tange à remoção de servidor por motivo de saúde, destacando que o campus tem 3 professores e 4 técnicos afastados. Acrescenta que o procedimento da junta médica é, no mínimo, questionável, justificando que servidor não tem sido afastado para cuidar da saúde, mas para trabalhar em outro campus localizado em região tem possui o tratamento, ressaltando que, possivelmente, a junta médica não tem a real noção do quanto isso é complicado para o campus. Questiona os motivos pelos quais, o servidor não pode permanecer no seu campus de origem, por dois dias, por exemplo, e nos demais dias da semana, realizar o tratamento em outra localidade. Exemplifica uma remoção por motivo de saúde, em que um servidor removido do campus Aracruz, localizado a 70 km de Vitória, para um campus distante 120 km de Vitória, destacando que a capital é a cidade com a maior disponibilidade de recursos e profissionais na área da saúde de todo o estado. Revela que não saber como agir nessa situação e considera que outros campi estejam enfrentando o mesmo problema, propondo conversar com a junta médica para resolver esse problema, ou seja, que o servidor fique parcialmente no campus em que fez o concurso, e no tempo restante, dedique-se ao tratamento de sua saúde. A dirigente Vanessa concorda com o dirigente Hermes, relatando exemplos semelhantes ao campus Aracruz que ocorreram no Cefor. O dirigente André Sampaio também concorda com o dirigente Hermes, apresentando situações semelhantes, inferindo que, em alguns casos, a remoção por motivo

de saúde é uma forma do servidor conseguir uma remoção definitiva. O diretor Tadeu sugere estabelecer quesitos para que o posicionamento da junta médica seja mais objetivo e não prejudique os campi. O dirigente Hermes acrescenta que a junta médica emite parecer, e a partir disso, não responde aos questionamentos do campus. O pró-reitor Ademar abre o **item 11** e apresenta uma proposta de gestão dos estagiários, visto que o contrato atual vence em 2017, relata que, conforme acordo neste colégio, cada campus deverá informar os 10 estagiários que serão custeados pela reitoria; 7 de nível superior e 3 de nível médio. Destaca que o próximo contrato será na modalidade registro de preço, destacando a publicação de nota técnica do MPOG que alterou o quantitativo de estagiários por meio de uma readequação, esclarecendo, a seguir, a metodologia aplicada. Revela que no novo contrato será possível a contratação de 740 estagiários, 370 de cada nível, e explica o custo individual e total, carga horária, destacando que o campus que precisar de mais estagiários além daqueles custeados pela Reitoria, utilizará recursos próprios. O dirigente Hudson demonstra seu descontentamento com a metodologia aplicada, ou seja, a distribuição linear, pois o campus Vitória contribui para que o quantitativo de vagas da instituição aumente, no entanto, a distribuição de estagiários custeados pela Reitoria é linear, situação que cria uma distorção enorme. A dirigente Denise, apesar de compreender o ponto de vista do dirigente Hudson, destaca que os campi com menos servidores têm maiores dificuldades para atender as demandas institucionais, exemplificando seu argumento com exemplos do campus Vila Velha. O pró-reitor Lezi relata que o problema é a Reitoria custear esse quantitativo linear, esclarecendo que o estágio deveria ser obrigatório. O pró-reitor Ademar relata que essa modalidade de estágio não paga bolsa, mas paga seguro, destacando que deve ser discriminado no Siape, e assim, altera o quantitativo de vagas. A pró-reitora Araceli relata que conversou com a servidora Sheila do campus Cachoeiro, sobre a questão do estágio obrigatório, e o fórum já iniciou as discussões sobre o tema. Solicita que o CIEE encaminhe uma proposta pela qual se ofereça o estágio obrigatório cujos dados não necessitem dar entrada no SIAPE, acrescentando que o CIEE valida o estágio, mas não tem certeza se o aluno tem que estar cadastrado no SIAPE. O pró-reitor Renato Tannure revela que o CIEE e o FIEC estão revisando a normativa, e que tão logo os trabalhos sejam concluídos, a minuta será apresentada no Colégio de Dirigentes, destacando que esse grupo tem capacidade de fazer um trabalho muito bom. O dirigente André relata que a lei do estágio regulamenta os procedimentos na instituição, destacando que o que se pretende saber é se o estágio obrigatório também deve estar vinculado ao SIAPE. Iniciam-se discussões. O diretor Mauro relata que, apesar da discussão sobre custos, o quantitativo de estagiários é maior, destacando a necessidade de se verificar a necessidade de estagiários nos campi, visto que há limites físicos, e enfatiza que, independente de o estágio ser obrigatório, o estagiário entra no quantitativo total de vagas. O pró-reitor Márcio declara que o objetivo é reduzir custos, por isso deve-se pensar em uma maneira efetiva de alcançá-lo. O pró-reitor Lezi declara que é urgente reduzir os custos e lê o orçamento para o ano que vem de cada campus. O dirigente Hermes relata que, baseado no orçamento divulgado pelo pró-reitor Lezi, mesmo com a redução, o campus Aracruz gastará com água, luz e serviços terceirizados o valor total do orçamento de 2017. O pró-reitor Ademar relata que deixará a planilha com o dirigente Luiz Braz para que ela seja repassada aos demais dirigentes, ressaltando que essa questão deve ser definida ainda em 2016, para que o processo de contratação inicie o mais breve possível, uma vez que o contrato atual dos estagiários expira em agosto de 2017. O dirigente Moacyr pede a palavra para esclarecer um surto que está sendo veiculado pela mídia, informando que domingo passado a direção do campus Santa Teresa foi informada que mais de cem alunos do campus estavam passando mal, ressaltando que estes acusavam a alimentação do campus como responsável pelo ocorrido. Relata que foi feito um levantamento de possíveis causas, pelo qual a água foi analisada, a caixa d'água foi limpa, apesar

desse serviço ser executada a cada 6 meses. Revela que as análises de água não revelaram a presença de coliformes e que a vigilância sanitária, a partir das amostras de alimentação encaminhadas a esse órgão, não detectou qualquer anomalia. Declara que os sintomas foram observados em hospitais de Colatina e de São Roque, concluindo que o surto trata-se de um vírus, uma virose. Relata que todos os espaços do campus Santa Teresa foram desinfectados, ressaltando que todas as medidas necessárias foram tomadas. Nada mais a tratar, o pró-reitor Ademar Stange declara encerrada a reunião. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.